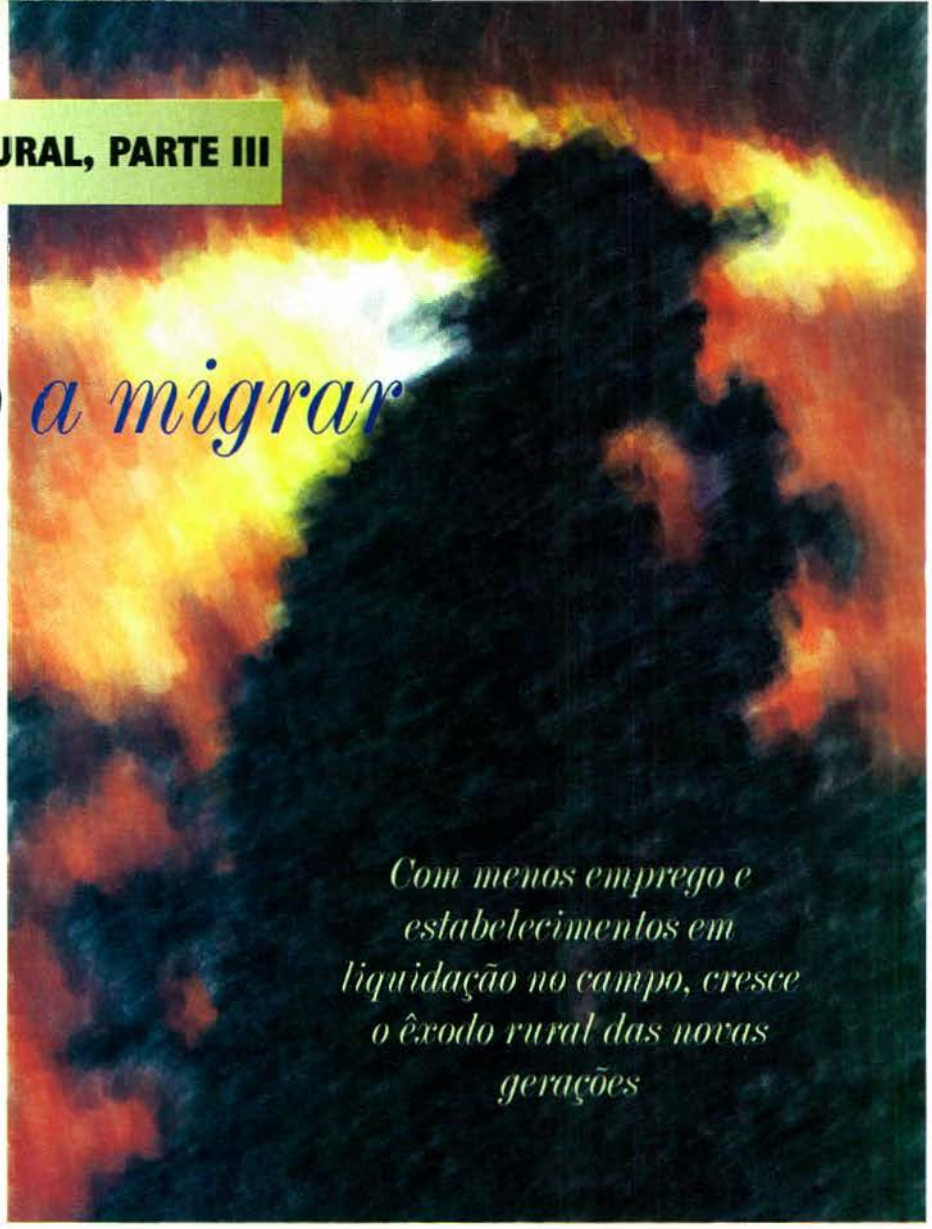
PERFIL DO PRODUTOR RURAL, PARTE III

Propensão a migrar



Com menos emprego e estabelecimentos em liquidação no campo, cresce o êxodo rural das novas gerações

A abertura econômica expõe os produtores à concorrência e à necessidade de produzir a custos competitivos para garantir resultados positivos em seus negócios. A adoção de novas tecnologias é uma necessidade que os produtores não podem adiar.

Supõe-se que as tecnologias mecanizadas destroem empregos assalariados, enquanto as bioquímicas aumentam a oferta e tendem a reduzir o número de estabelecimentos. Ambas têm um impacto potencial sobre o nível de emprego.

Os números da migração

A propensão das famílias a migrar – medida pelo número das que já mudaram somado ao número das que pretendem mudar – é mais elevada no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, regiões em que varia de 31 a 47 para cada 100 famílias. É bem menor no Nordeste, entre 15 e 26 para cada 100 famílias.

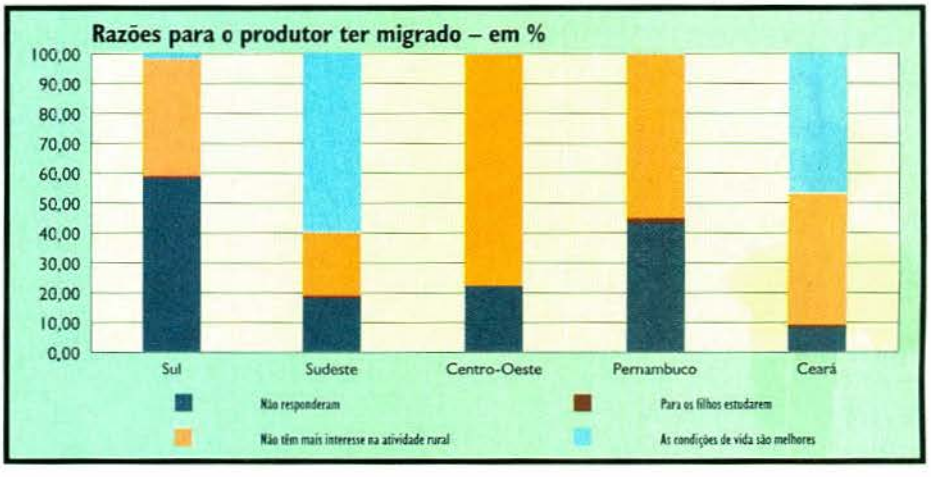
Quanto aos filhos, a mesma propensão foi medida pelo número de estabelecimentos onde algum deles já vive na cidade (isto é, já migrou). Relativamente ao total dos estabelecimentos, a tendência nesse caso é muito maior. Para cada 100 famílias ela varia de 33 no Sul para 66 no Sudeste. Em Pernambuco, para cada 100 famílias a propensão é de 57; no Ceará, de 65.

As acentuadas diferenças entre os resultados de cada geração dão uma idéia da propensão a migrar no longo prazo e confirmam as hipóteses levantadas na formulação da pesquisa, segundo a qual o setor rural empregará cada vez menos. As políticas agrícolas não devem perder de vista essa perspectiva na dinâmica rural.

No conjunto da amostra, 74% dos responsáveis residem no próprio estabelecimento e um quarto tem sua morada na cidade. Esse padrão varia muito entre as regiões. O Centro-Oeste apresenta o maior contingente de residentes na cidade, onde vivem 85% dos responsáveis e 87% dos cônjuges.

Razões de mudança

A possibilidade de acesso ao estudo e melhores condições de vida são apontadas como motivos da migração por mais da metade dos responsáveis pelos estabelecimentos.



Quanto aos filhos, alguns deles já vivem na cidade. Relativamente ao total dos estabelecimentos, a tendência para cada 100 famílias varia de 33 no Sul para 66 no Sudeste. Em Pernambuco, para cada 100 famílias a propensão é de 57; no Ceará, de 65.

A relação das famílias que já mudaram para o total de famílias entrevistadas fornece uma medida de propensão a migrar e indica que, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, essa proporção é maior do que nos estados do Nordeste.

A educação dos filhos, o tratamento de saúde e o gozo da aposentadoria são forças de atração do meio urbano. A insatisfação do responsável com sua renda na atividade rural, a incapacidade de sustentar a família, a crença em renda mais elevada e o desejo de mudar de ramo são as principais forças do êxodo no campo.

Migração dos filhos

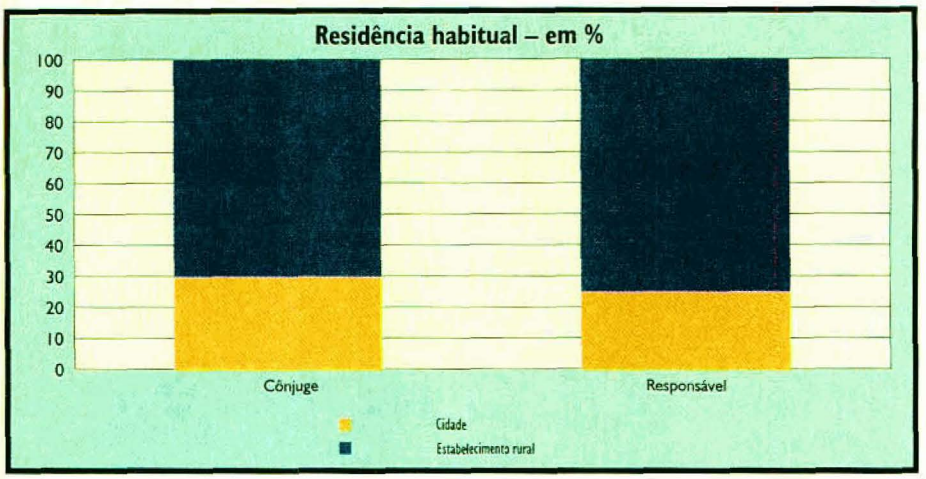
Os resultados mostram que 50% dos filhos já moram na cidade, o dobro da percentagem dos pais. Dos filhos que ainda estão no campo, 41% gostariam de se mudar para a cidade; 7,6% mudariam se fosse necessário e apenas 42% não se mudariam.

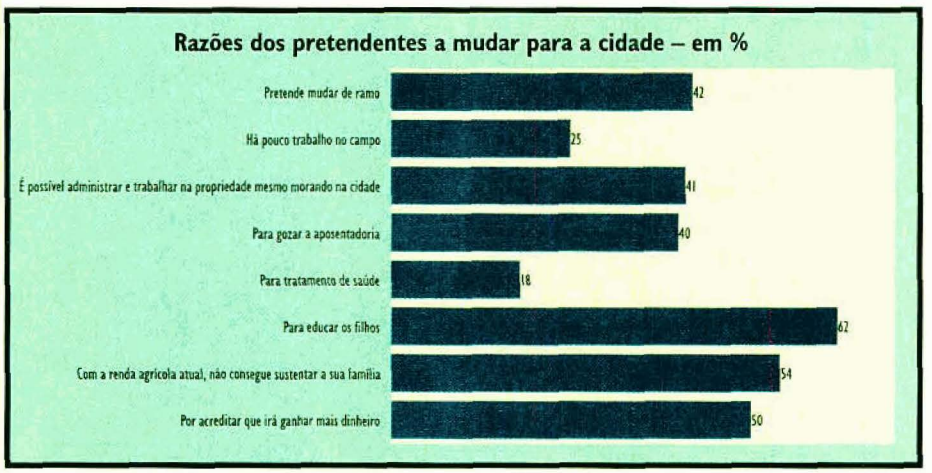
No Sudeste, a proporção de filhos que já migraram é mais elevada do que nas ouras regiões. No Sul, essa proporção é bem menor. Isso indica que a agricultura praticada no Sul foi capaz de fixar o homem no campo. No Ceará e Pernambuco, mais da metade dos filhos já se deslocou para os centros urbanos.

Para os filhos, a educação foi a principal razão da mudança do campo para a cidade. Esse resultado é encontrado no Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Ceará. Em Pernambuco, a principal razão apontada foram as melhores oportunidades de trabalho.

Preservação dos recursos naturais

Em termos de manejo de recursos naturais, um fato que surpreende, principalmente no Sul, é que a maioria dos produtores



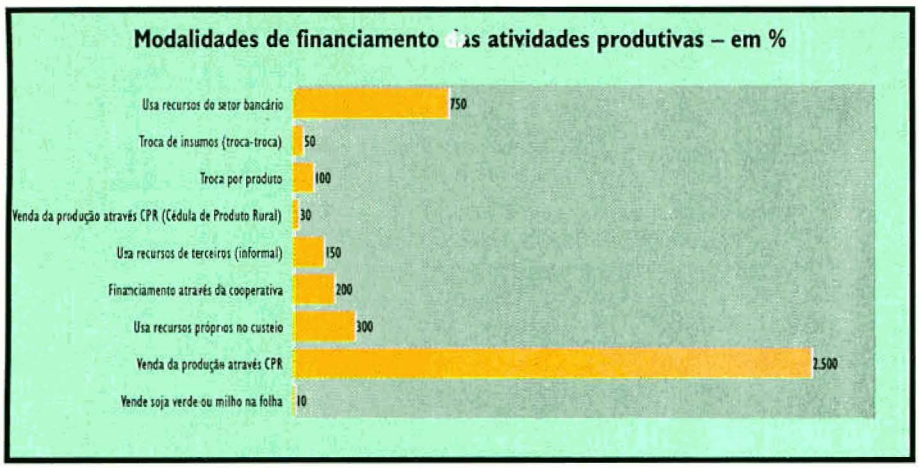


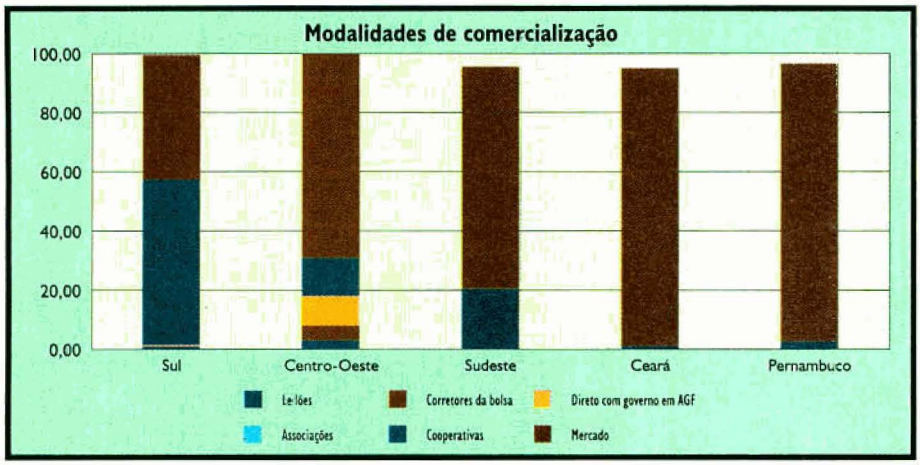
Perfil do manejo dos recursos naturais e preservação do meio ambiente

Indicador	Classe	Respostas (%)
Solos da propriedade em relação ao relevo	Planos	10
	Ondulados	66
	Acidentados	24
Necessidade de conservação dos solos	Sim	24
	Não	76
Programas de microbacia	Participa	59
	Não participa	41
Reflorestamento para preservação dos solos	Efetuou	50
	Não efetuou	50

Uso de instrumentos de crédito rural e Proagro

	Atividade	Estabelecimentos por atividade
Usou em 1996 os instrumentos do crédito rural e Proagro	Crédito de custeio	695
	Comercialização	40
	Investimento	100
	Proagro	14
Acesso a alguns instrumentos públicos de política agrícola	Assistência técnica	620
	Armazéns credenciados	606
	Armazéns não credenciados	159
	Acesso a informações (palestras, cursos, visitas etc.)	344
Total de registros dos tipos de acesso a políticas públicas		4.340





Participação percentual dos produtores em associações

Cooperativa de produção	35,09
Sindicato de sua categoria	38,02
Diretoria de cooperativa, associação e sindicato	4,36
Colonização ou assentamento de reforma agrária	1,1
Sindicato ou consórcio	7,86
Nenhuma participação	13,57
Total	100,00

Políticas públicas de educação e formação profissional

Pergunta	Sim (%)	Não (%)
Acesso de algum membro da família	61,69	38,31
Treinamento Senar no estabelecimento	83,5	16,5
Interesse em cursos do Senar	33,1	66,9
Disponibilidade da propriedade para treinamento	69,87	30,13
Distância entre o estabelecimento e o local de treinamento do Senar	Em média	51,61
	Não sabe	77,6

participam de algum programa de preservação de recursos naturais em regime comunitário com outros produtores. Isso reduz os impactos ambientais decorrentes do uso de defensivos tóxicos na produção agropecuária.

É baixo o acesso dos produtores rurais aos instrumentos de política pública. Do total de 4.350 atividades praticadas pelos estabelecimentos, o crédito de custeio bancário indica 66 operações, das quais 469 (67%) concentradas em soja, milho e pecuária leiteira.

Há um distanciamento entre as políticas públicas e as necessidades atuais. A impossibilidade de transpor os desafios pelo aumento de competitividade pode acelerar o processo de destruição de emprego e de estabelecimentos no meio rural, sobretudo em áreas de maior densidade populacional.

Os resultados mostram que 50% dos filhos já moram na cidade, o dobro da percentagem dos pais. Dos filhos que ainda estão no campo, 41% gostariam de se mudar para a cidade; 7,6% mudariam se fosse necessário e apenas 42% não se mudariam.

Crédito de investimento

O crédito de investimento é o instrumento mais importante para uma agricultura em processo de ajustamento. Ele aparece em apenas 100 operações, concentradas na avicultura (18), soja (20) e pecuária de leite (21)

.

A baixa participação dos produtores no programa de securitização revela falta de confiança na ação do governo e dificulta uma das formas mais valiosas de aquisição de capital para financiar as novas tecnologias que é o crédito bancário.

Uma importante transformação foi sentida no financiamento de custeio, onde o crédito bancário cedeu lugar a formas alternativas de financiamento, com destaque para o uso de recursos próprios e outras fontes informais de crédito, como cooperativas, a troca por insumos ou produtos e o crédito de terceiros

Formas de comercialização

A maior parte dos produtores rurais não tem contrato de comercialização e vende o produto no mercado pelo melhor preço.

A comercialização no Sul é feita preponderantemente através das cooperativas. Nas demais regiões, prevalece o sistema de venda direta no mercado a quem pagar mais.

As políticas governamentais que contribuem para expandir a demanda interna e externa dos produtos agropecuários tendem a minimizar os efeitos sobre os preços decorrentes das tecnologias bioquímicas e, conseqüentemente, seus efeitos sobre os preços e a renda dos estabelecimentos.

Responsáveis não interessados no treinamento Senar

Classes (ha)	Freqüência		Freqüência relativa	
	quantidade	acumulada	quantidade	acumulada
Até 20	329	329	0,29	0,29
20-40	271	600	0,24	0,53
40-60	129	729	0,11	0,65
60-80	89	818	0,08	0,73
80-100	52	870	0,05	0,78
100-120	40	910	0,04	0,81
120-140	20	930	0,02	0,83
140-160	26	959	0,02	0,85
160-180	17	973	0,02	0,87
Acima de 180	149	1.122	0,23	1
Total	1.122	1.122	1	1

Tipos de colaboração para apoiar os treinamentos do Senar

Alimentação	197
Hospedagem	156
Equipamentos	447
Máquinas	399
Animais	462
Só instalação	437
Transporte	39
Outros	171
Nenhum tipo de colaboração	691
Total	2.999

No caso dos pequenos proprietários, supondo-se que não vão fazer grandes investimentos, as políticas públicas devem se orientar para proporcionar informações sobre tecnologias bioquímicas – e portanto o efeito do seu uso sobre os preços e a renda dos estabelecimentos.

Participação em associações

Os produtores estão motivados a se organizar. Apenas 13,57% não aderiram ao associativismo, enquanto 86,43% participam dele.

Em termos de inserção dos produtores nas cadeias agroindustriais, no Sul predomina o cooperativismo como principal fonte de aquisição de insumos, a suplantar mesmo as lojas de revenda. O que preocupa é a situação econômico-financeira delicada das cooperativas.

O acesso à educação pública é mais amplo que nas outras regiões, atingindo mais da metade dos produtores rurais nas localidades pesquisadas.

Treinamento surpreende

Pouco mais de 16% dos produtores receberam treinamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) – número surpreendente, tendo em vista que a seleção dos estabelecimentos é aleatória.

Menor interesse relativo nos treinamentos do Senar foi identificado nas regiões Sul e Nordeste. Na primeira região, esse fato está associado aos estabelecimentos maiores, que dependem menos do Senar para adquirir conhecimento. Ao invés disso, no Nordeste o menor interesse parte dos estabelecimentos menores, dando apoio à hipótese de que se trata mais de falta de conhecimento sobre a instituição do que de desinteresse.

Os resultados são favoráveis à atuação do Senar. O número de produtores rurais alvo de suas ações já é expressivo. Entretanto, os dados sugerem que é preciso dar mais divulgação aos programas de treinamento que promove, o que tornaria a instituição mais visível.

Sempre tendo em vista o cenário de competitividade sinalizado pelo mercado, a definição das tecnologias a serem transmitidas pelo Senar tem que ser criteriosa: será melhor optar pelas atuais ou pelas novas tecnologias?

I – Em parceria com o setor privado:

- fortalecimento do banco cooperativo;
- implementação de novas formas de seguro rural;
- fortalecimento dos serviços de defesa sanitária.

II – No nível do Ministério da Agricultura:

- solução definitiva das pendências da dívida rural, para recuperar a responsabilidade financeira dos produtores, com prazos e juros compatíveis;
- implementação dos programas Pesa (Programa Especial de Saneamento de Ativos) e Recoop (Programa de Revitalização do Cooperativismo);
- tributação indireta: redução de todas as formas (redução do custo Brasil);
- investimentos em infra-estrutura, principalmente na logística agroindustrial;
- estímulos aos instrumentos de exportação;
- formação de recursos humanos em todos os níveis;
- estímulos à organização de associações e cooperativas;
- preços de sustentação e financiamento para a comercialização na linha de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- estímulos à reconversão produtiva para a exportação.

III – Parcerias com governos estaduais e municipais:

- assistência social: saúde e educação;
- assistência técnica dirigida, com ênfase na organização de associações e pré-cooperativas;
- melhoria dos instrumentos de assentamento rural e reforma agrária;
- treinamento e capacitação da mão-de-obra rural;
- crédito especial de custeio e investimento em projetos de desenvolvimento rural;
- desenvolvimento de tecnologias específicas, inclusive na área de mecanização;
- incentivo à produção de carne de pequenos animais para pequenos produtores;
- incentivos à participação do setor privado na irrigação.

O projeto foi realizado em parceria da FGV com a Confederação Nacional da Agricultura e contou com a colaboração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e do Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop) do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Um resumo da pesquisa foi publicado pela CNA/Senar.